

NOVA POLÍTICA ECONÔMICA NA CHINA*

Jean L. F. Tricart

A China deve nutrir 1.054.000.000 habitantes.

Orgulhosa de uma civilização que é uma das mais antigas do mundo, as suas ambições políticas são tanto maiores quanto ela foi, durante um século uma das maiores vítimas do imperialismo, primeiro dos ingleses, depois de outros europeus, dos americanos e por fim dos japoneses.

Após o desastre de dez anos da "Revolução Cultural" de efeitos comparáveis aos dos "expurgos" de Stalim, o Governo adotou uma estratégia de vigoroso desenvolvimento, única capaz de assegurar a subsistência de uma enorme população, de lhe garantir melhores condições de existência e de fornecer ao Estado os meios para implementar a sua política internacional.

Uma reviravolta decisiva foi tomada durante a sessão plenária do Comitê Central do Partido Comunista Chinês em 1978. Apesar da inércia de uma burocracia tão velha quanto a civilização chinesa que é, com a do Egito, a mais antiga e a mais permanente do mundo, importantes modificações foram realiza-

*Traduzido de Annales de Geographie. Mars-Avril 1985, p.181-7, por Arlene Maria Maykot Prates, professora do Departamento de Geografia da UFSC.

das. Novas medidas continuam a ser tomadas, elas confirmam esta orientação política, a precisam, estendem seu domínio de aplicação. Deve-se entretanto esclarecer os leitores dos "Annales de Geographie" que, apesar das fontes utilizadas serem de primeira mão, as colocações aqui esboçadas são provisórias. Mas a geografia não é história, ela deve cooperar com o estudo dinâmico do presente.

A orientação adotada, em 1978, consiste em substituir enormes unidades de produção-comunas populares, fazendas e empresas industriais do Estado submetidas a um duro controle por parte da burocracia toda poderosa, por unidades de produção muito menores, unidades de oficina de famílias (house holds), associações de algumas pessoas ou de algumas famílias com responsabilidade econômica e que tem em contrapartida uma ampla autonomia no plano das decisões.

Trata-se desta vez de uma verdadeira revolução, liberando forças de progresso, com as quais conta o governo. Os instrumentos institucionais dessa revolução são os seguintes: — A propriedade continua coletiva; terras e fábricas continuam a pertencer diretamente ao Estado ou às comunas; o modo de gestão é que foi modificado.

- As empresas industriais não tinham fundos próprios. O lucro da exploração voltava ao Estado que pagava os salários, os investimentos e as despesas de fabricação, qualquer que fosse o lucro da exploração*. Os salários eram uniformes; a única fórmula de modulação consistia no recebimento de "bonus" de execução do plano dentro de limites estreitos; de acordo com as quantidades produzidas, sem levar em conta a qualidade dos produtos (até mesmo os produtos de refugo entravam em conta!). Todo o circuito comercial funcionava da mesma maneira tanto para o abastecimento como para as vendas, com preços uniformes. Os burocratas eram antes de tudo contadores que impunham esta rigidez que lhes permitia viver e se multiplicar.

O Conselho de Estado, equivalente ao conselho de ministros da França, concedeu às empresas liberdade de gestão.

*tudo se reduzia a uma contabilidade, sem poder de decisão.

Elas funcionam agora com um balanço contábil onde são levados em conta os gastos de produção (matérias primas, energia, compra e manutenção dos equipamentos, salários) e as receitas provenientes das vendas. O lucro permanece na empresa permitindo a compra de novos equipamentos e a modulação dos salários. O Estado recebe unicamente taxas e impostos sobre a produção. Disto resulta uma responsabilidade a nível da empresa que deixa de ser um simples organismo de aplicação das decisões burocráticas. Em lugar dos prejuízos de exploração que eram a regra no regime de coerção anterior, aparecem lucros porque, na empresa todo mundo tem vantagem. Pelo sistema de taxas sobre a produção, o Estado aliás fica garantido contra toda má gestão: O dinheiro, contrapartida dos investimentos que ele fez, rende de qualquer maneira haja ou não lucro, enquanto que antigamente o governo pagava automaticamente os prejuízos.

O regime de salários nas indústrias também foi modificado. Nos últimos anos eles tem sido cada vez mais calculados de acordo com a produção e com os resultados econômicos da empresa — salários por peças, salários variáveis em função das obrigações do trabalho, abrandamento do regime de "bonus" que distribui. Em caso contrário os salários podem ser reduzidos. O conjunto de trabalhadores — operários, funcionários e dirigentes — está diretamente interessado no crescimento da produção, e na realização de lucros da exploração, resultante de uma melhor organização do trabalho, da supressão de desperdícios e de iniciativas inteligentes.

Estas diferentes medidas permitem, no quadro das empresas, a assinatura de contratos com equipes de "oficina" e até com trabalhadores individuais. A qualidade e a quantidade do que é produzido deve ser objeto de um controle e de uma contabilidade (o que assegura emprego de alguns inúmeros burocratas contábeis). Todas estas decisões legais permitem a criação de novas empresas. Isto resulta na aceleração da industrialização sobre bases econômicas saudáveis.

As conseqüências são importantes e não se limitam ao plano interno chinês.

- O crescimento das rendas, importante no mundo rural, não se produz unicamente sobre os bens de consumo, que a economia não produz ainda em quantidades suficientes.

Em lugar de praticar um desenvolvimento pelo crescimento do consumo, solução ilusória que tem sempre conduzido a fracassos, desenvolvem-se as possibilidades de produção pelo investimento, afim de lutar contra o subemprego que continua um problema grave na China, apesar de uma severa política de controle da natalidade. Estando autorizada a criação de empresas em propriedade coletiva; novos empregos são criados, a produção aumenta, os serviços libertam-se pouco a pouco de sua dramática insuficiência. Há atualmente (China Daily de 20 de junho de 1984) 300.000 empresas em propriedade coletiva, cujo tamanho é menor que aquele das empresas do Estado.

- Um vigoroso apelo aos capitais e à tecnologia exteriores é lançado. Dia após dia, novas regiões lhe são abertas, sobretudo no litoral, mas também no interior, localização semelhante àquelas das antigas concessões, mas reposando sobre relações de tipo completamente diferente, caracterizadas por um contrato entre parceiros iguais. O Estado garante o repatriamento da parte dos lucros cabendo aos capitais estrangeiros, a entrada com franquia aduaneira dos equipamentos, eventualmente certas facilidades de importação de matérias primas que faltam na China e de circulação dos técnicos estrangeiros. O objeto da empresa mista é definido tendo em conta a política chinesa. Os capitais são fornecidos pelas duas partes. A China coloca locais equipados e sua mão de obra à disposição da empresa. Desta política se espera um crescimento do emprego, um aumento da produção para fazer face às necessidades da elevação do nível de vida e do comércio exterior, uma elevação do nível técnico de todos os trabalhadores. Em suma é ao mesmo tempo uma operação de desenvolvimento planejado e um empreendimento de formação permanente.

Em certos aspectos, esta política visa criar na China uma série de Hong Kong.

- A atitude chinesa em relação ao problema de Hong Kong não é senão o prolongamento desta política. É bem compreensível que a velha China queira voltar a ser dona de uma porção de seu território, confiscado pelo imperialismo no século XIX, mas esta reintegração deve ser aceitável para os chineses de Hong Kong. A nova política econômica da China o permite: Hong Kong desfrutará de vantagens análogas às das regiões abertas à instalação de empresas mistas, com a diferença de que as empresas já existem e que os investimentos já foram feitos. As proposições chinesas visam fazer com que estes investimentos continuem e não haja desistências.

As mesmas concepções guiam também as decisões concernentes às explorações rurais.

As enormes fazendas do Estado são subdivididas em explorações menores cuja gestão é mais leve. As 2.000 fazendas do Estado cultivavam um total de 4.400.000 ha e empregavam 4.800.000 trabalhadores. Sua divisão em explorações menores tem sido vigorosamente acelerada desde um apelo de Zhao Ziyang, primeiro ministro, em agosto de 1983.

De alguns milhares antigamente, elas passaram a 85.000 (China Daily, 11 de junho de 1984). Além disso, as brigadas das fazendas do Estado e das comunas desaparecem. Elas são substituídas por contratos de exploração, entrando no quadro mais geral dos contratos de produção. Assinados com uma ou mais famílias associadas ou com uma família e um grupo de operários ou um grupo de trabalhadores, eles comportam a exploração de uma certa extensão de terras contra a obrigação de uma espécie de aluguel em produtos, tendo como suporte a entrega de quantidades específicas de produtos agrícolas determinados, entregas estas que entram no quadro do plano. O Estado continua proprietário da terra, mas cada agricultor a explora à sua maneira. Ele dispõe livremente de suas colheitas, salvo as obrigações correspondentes à renda da propriedade agrícola. Se ele não produz o correspondente a estas obrigações, porque o rendimento é insuficiente ou porque ele preferiu outras culturas, ele deve comprar o necessário para o pagamento. Desse modo são conciliados a liberdade de exploração e o funcio-

namento da economia planificada. Os camponeses podem restituir uma parte das terras alugadas durante o transcorrer do contrato ou transmitir a outros exploradores, mas com a autorização do arrendatário e sem que o contrato seja modificado o que assegura, apesar dos azarés familiares, a perenidade da aplicação do plano, nenhuma parcela pode ser subtraída da utilização agrícola. Este sistema de contratos, instaurado em 1980, está tornando progressivamente mais flexível e mais vantajoso para os exploradores pela liberação dos preços de um número crescente de produções e por uma diminuição das quantidades que são objeto das entregas obrigatórias a título de aluguel e de taxas. O circuito de coleta do Estado leva atualmente sobre toda ou parte da produção de grãos, de algodão, de certas plantas medicinais de alto valor. Uma circular do Comitê Central datada de 19 de janeiro de 1984 e publicada em 2 de junho (China Daily de 12 de junho) estipula, para encorajar os investimentos agrícolas que:

- Os contratos de locação passam de 3/5 anos a 15 anos, quando situados sobre terras degradadas a serem reabilitadas, terras baldias, terras a reflorestar;
- As terras serão alugadas progressivamente de preferência aos exploradores que hajam obtido os melhores resultados;
- As atividades agrícolas diversificadas ("side line" productions) substituirão a grande cultura: criação de galinhas, piscicultura, apicultura, horticultura, arboricultura, etc;
- As atividades não agrícolas se desenvolverão no meio rural: serviços, comércio, transporte a grande distância, etc.

O objetivo é claro: chegar ao mesmo tempo a fixar nos campos a população que lá vive abrindo-lhe horizontes de trabalho e a melhorar conjuntamente o nível de vida e as atividades econômicas. A congestão urbana, com efeito, é um problema particularmente agudo em Pequim. Apesar de inúmeros canteiros de obras, os alojamentos e os transportes urbanos continuam gravemente insuficientes. A incrível maré de bicicletas, todas fabricadas na China, não impede os ônibus de estar abar-

rotados e os habitantes forçados a longas esperas. Trabalhar em um bairro afastado é praticamente impossível a menos que se possa acampar no seu lugar de trabalho e de não retornar a casa senão no sábado à noite. Ora atualmente, a imigração para Pequim está praticamente proibida. Os diplomados universitários que não são originários da cidade ou que começaram fora seus estudos superiores não podem obter emprego na cidade, mesmo se eles obtiveram seu diploma final em Pequim. Ora, a circunscrição administrativa de Pequim é uma pequena província do tamanho da Bélgica, englobando um vasto território rural que lhe serve de base de abastecimento alimentar.

Esta reorganização agrícola aumenta a produtividade. Desde abril de 1984, na província de Guandong (Cantão) havia 30.639 fazendas familiares empregando 59.563 pessoas, correspondente a 14,5% do efetivo dos trabalhadores das fazendas do Estado da província. Os efetivos em excesso de pessoal administrativo se esvaziavam. Desse modo, na fazenda Lixin (província de Liaoning), a supressão das brigadas reduziu este pessoal em 55%. Na Mongolia interior, a fazenda Bayannur League, que era deficitária em 1981, foi parcelada, em 1982, em 18 unidades de produção, cujas terras foram alugadas. As entradas líquidas de 1983 dobraram e propiciaram um lucro de 1.140.000 yuans.

Uma das razões do aumento da produtividade é uma completa mudança de atitude dos diversos parceiros econômico-sociais, que se produz também na indústria. Antes das reformas, o trabalhador agrícola estava submetido à ditadura de burocratas e dos pequenos chefes que lhes impunham uma disciplina de ferro. O chefe da equipe comandava militarmente seu pessoal, fazendo soar um sino para o início do trabalho e supervisionando galés. O agrônomo dava instruções para seguir à letra, sem as explicar, sem as justificar, sem tentar adaptá-las às condições locais (Ly Yougzhén, 1984).

Toda hierarquia não fazia senão repetir ordens formais e exigir sua execução por autômatos. Cada locatário, nas terras alugadas, sendo agora responsável por suas atividades e obrigado a fazer pagamentos fixos, precisa dar mostra de ini-

ciativa. Infelizmente, a paralização de toda atividade intelectual, mesmo a pesquisa mais imediatamente aplicada e a formação, durante a "revolução cultural", faz com que os trabalhadores estejam mal preparados para o progresso.

A liberalização econômica da qual eles se beneficiam os torna entretanto muito ávidos de progresso técnico. Ora, os técnicos são em número insuficiente para a província de Fujian, contando com 900 comunas, não há senão 19.300 técnicos agrícolas dos quais 4.134 somente para as culturas. Cada um deve então, ter sob sua responsabilidade em média, 640 ha de terra. Para o conjunto da China, não há senão 320.000 quadros técnicos rurais, ou seja, 0,04% da população. Por outro lado, o desenvolvimento das atividades anexas (produção agrícola diferente da grande cultura, pequena criação, etc) requer conselhos mais e mais especializados.

No Fujian, desde março de 1983, 420.000 famílias se ocupavam em tais atividades (10% do total). Para o conjunto da China, eram 24 milhões de famílias (13%) que as praticavam. É necessário então desenvolver a formação profissional e intensificar a divulgação agrícola, tarefas tomadas enormes não somente pela extensão e diversidade da China, como também pela sua alta densidade de população rural. A solução adotada associa medidas administrativas e iniciativas camponesas, tornadas possíveis pela liberalização.

Um movimento voluntário de formação permanente apareceu nos campos e se desenvolveu com o apoio das autoridades. Na província de Feyian (Li Yongzhen, 1984) foram criadas 400 associações de divulgação científica com 25.000 membros. As associações de desenvolvimento tecnológico contam com 51.000. Neste quadro, os camponeses expõem suas próprias tentativas de melhoramento e ensinam métodos por eles desenvolvidos. As comunas subscrevem assinaturas de revistas que dão conselhos para a produção agrícola e para a vida corrente colocando-as à disposição dos habitantes. O preço destas revistas é muito baixo: por exemplo a assinatura anual da Fujian Keji Bao (revista de ciência e da tecnologia de Fujian) custa o preço equivalente a dois maços de cigarros. Organizam-se exposições de

espécies, de fotografias, de documentos, acompanhados de uma espécie de "mesas redondas" (Science and technology fairs). A Comissão do Estado da Ciência e Tecnologia, organismo supra-ministerial, encoraja e apóia todas essas atividades, inclusive a propaganda. Cita-se por exemplo certos camponeses enriquecidos que constroem uma escola a suas expensas e doam a comuna.

O antigo quadro técnico rural foi transformado em companhias de serviço técnico agrícola. Estas tomaram a importância das antigas firmas de comércio do Estado que se limitavam a vender às cooperativas os adubos, os produtos fitossanitários e às vezes sementes que freqüentemente, devido a inércia burocrática, eram liberadas demasiadamente tarde para serem convenientemente utilizados. De aqui em diante estas companhias são os conselheiros dos camponeses. Seus especialistas respondem às cartas e se deslocam para dar conselhos.

Estabelecem diagnósticos e fazem recomendações específicas para cada caso que lhe é submetido.

Em Fujian, seus conselhos atuaram, em 1982, sobre 50.000 ha cultivados com arroz, batatas, amendoim, e frutas; em 1983 sobre 170.000 ha. De um ano para o outro as despesas com inseticidas diminuíram de 30 a 50% enquanto que os desperdícios durante as colheitas reduziram-se em 60%. As perdas não atingiram em 1983 senão 10 a 20% das colheitas esperadas. Os conselhos agem também sobre a irrigação, sobre a escolha das variedades de sementes selecionadas.

Finalmente, a extensão das superfícies cultivadas aumenta ativamente. Mas o espaço ainda disponível é pequeno e não se compõe senão de terras marginais para o agricultor chinês. Alguns milhares de hectares são ganhos graças à irrigação do deserto de Xinyang (Sin Kiang na antiga transcrição) porém, a preço de graves inconvenientes: redução do nível dos lagos, salinidade dos solos e das águas levando ao declínio da pesca, da colheita de juncos, etc.

A antiga Manchuria conta com várias frente pioneiras (Dai Xu, Zhao Songqiao, 1984) notadamente em sua província mais setentrional, ao longo do "Amour" (em chinês, Heilongjiang).

Ao norte do paralelo 42º, sua superfície total é de 710.000 km². Em 1897, somente 5.300 ha eram cultivados nesta província. Em 1940, durante a ocupação japonesa, havia 5.700.000; atualmente 8.730.000, o que corresponde à 1/12 de toda superfície cultivada da China e fornece 1/6 da quantidade total de grãos comercializados. Resta ainda 7.410.000 ha de terras cultiváveis virgens, segundo os inventários. As roças recentes situam-se na planície dos Três Rios e sobre o "piemont" do grande e Pequeno Xingan (Khingan). Mas esta é uma região de Taiga onde aflora largamente o solo gelado, como na limitrofe Sibéria: um mundo totalmente estranho aos Hans, cuja conquista demanda um desarraigamento absoluto e muita abnegação. Um meio frágil também, difícil de dominar e ainda insuficientemente conhecido. Os rendimentos são baixos, as terras se degradam muito rapidamente carregadas pelo escoamento de degelo neste modelado de colinas... Lá também, seria necessário crescer a pesquisa científica e técnica. Há bons especialistas na China, mas eles são ainda bem pouco numerosos face às necessidades.

Todas estas transformações se chocam com as resistências e sobretudo com a permanência da estrutura e do espírito burocráticos. As ruínas acumuladas pela "revolução cultural" estão ainda presentes por toda a parte. A nova política tem menos de dez anos. Não foi senão após 1978 que o governo chinês começou a atacar vigorosamente uma herança desastrosa. Uma nova dinâmica é tentada, o que permite considerar que a China é autenticamente um país em vias de desenvolvimento.